

Populações e desenvolvimento

30 anos pensando, repensando
e construindo o Brasil

Richarlls Martins e
Paula Miranda-Ribeiro
(organizadores)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Populações e desenvolvimento [livro eletrônico] :
30 anos pensando e repensando o Brasil /
organização Richarlls Martins, Paula
Miranda-Ribeiro. -- Rio de Janeiro :
Círculo de Giz, 2026.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-997182-9-8

1. Demografia - Brasil 2. Direitos humanos
3. Políticas públicas - Brasil 4. População - Brasil
- Indicadores I. Martins, Richarlls. II.
Miranda-Ribeiro, Paula.

26-346663.0

CDD-304.6

Índices para catálogo sistemático:

1. População brasileira : Projeção da demanda
demográfica habitacional : Resultados :
Sociologia 304.6

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Revisão: Rita Elias, Mariana Barbosa, Miro Figueiredo e Jaqueline Paiva.
Projeto gráfico, design e diagramação: Diogo C. Nunes e Ricardo Pavão.

Imagem de capa: *Guaiapi*, Luciano Cian, 2023.



O conteúdo do livro *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*, exceto a imagem de capa, está disponível sob a licença *Creative Commons CC BY-NC*: permitida reprodução desde que referenciamos os autores e para fins não comerciais.

Círculo de Giz Editorial

www.circulodegiz.org contato@circulodegiz.org 21 96826-8550

“ Quero lembrar aqueles que já não estão mais aqui e já se foram, se foram na luta pela liberdade de expressão. E que possamos continuar juntos fazendo o que for possível para o bem comum e para o bem de todos.

Elza Berquó, 10 de outubro de 2025.

**“ Jovens, continuem a estudar.
Continuem a defender a democracia.**

Elza Berquó, 30 de agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, flowing letters that appear to be 'Elza' followed by a surname.

Sumário

- 7** *Prefácio: um bom convite para pensar, repensar e construir o Brasil*
Nísia Trindade Lima
- 9** *Apresentação*
Floribela Fernandes
- 14** *Notas da organização: um processo público para reflexão e ação na agenda de população e desenvolvimento*
Richarlls Martins e Paula Miranda-Ribeiro
- 18** *História, presente e futuro nos temas de População e desenvolvimento*
Carmen Barroso e Jacqueline Pitanguy
- 40** *O ciclo de conferências de População e o pós-Cairo: os desafios da dinâmica demográfica recente*
Eduardo Rios-Neto
- 60** *Direitos reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, gênero e famílias: linguagens inscritas em uma geopolítica multipolar de outrora e o papel do Brasil*
Richarlls Martins
- 87** *Desenvolvimento centrado em pessoas e direitos: da Agenda do Cairo à Agenda 2030*
Ana Luisa Jorge Martins, Alice Junqueira Terra Caffaro, Thiago Gehre Galvão e Rômulo Paes-Sousa
- 115** *A transição demográfica no Brasil: fundamentos teóricos e evidências históricas*
Cássio Turra e Fernando Fernandes
- 154** *Antes e depois de Cairo-94: síntese de um século de história dos níveis da fecundidade brasileira*
Laura Wong e Ana Paula Verona
- 187** *Mudanças recentes na mortalidade no Brasil: tendências e desigualdades em três décadas*
Bernardo Lanza Queiroz e Julia Calazans
- 220** *Migração, migrações: facetas do fenômeno migratório e suas características no Brasil no século XXI*
José Marcos Pinto da Cunha e Rosana Baeninger

- 261** *População, ambiente e justiça socioambiental: a transformação da Agenda no Brasil 30 anos após a Conferência do Cairo*
Igor Cavallini Johansen e Alisson Flávio Barbieri
- 281** *Educação e trabalho na agenda de População e desenvolvimento: conquistas e desafios 30 anos pós-Cairo*
Barbara Cobo
- 305** *Três décadas da CIPD Cairo: avanços e desafios contemporâneos relacionados com a saúde no Brasil*
Marília Miranda Forte Gomes e Ana Maria Nogales Vasconcelos
- 322** *Gerações e desigualdades no Brasil: desafios para crianças, jovens e idosos*
Ana Amélia Camarano e Enid Rocha Andrade da Silva
- 347** *O Programa de ação do Cairo e as famílias brasileiras no século XXI*
Joice Melo Vieira, Sandra Mara Garcia e Ianca Almeida
- 372** *Do país católico à nação cristã do Censo 2022: a construção de um espaço simbólico de dominação e embate em torno do gênero*
Maria José Rosado Nunes, Olívia Bandeira e Carla Angelini
- 395** *Saúde e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil trajetórias e futuros incertos*
Margareth Arilha, Sandra Valongueiro e Angelita Alves de Carvalho
- 455** *Para além das diferenças por sexo: limites e possibilidades da perspectiva de gênero na Demografia*
Glauca dos Santos Marcondes e Luana Junqueira Dias Myrrha
- 480** *Diversidade sexual e de gênero e a Agenda de População e desenvolvimento no Brasil: 30 anos após o Cairo*
Samuel Araujo Gomes da Silva e Fernanda Fortes de Lena
- 506** *Raça no debate sobre população e desenvolvimento e o papel do ODS 18*
Tatiana Dias Silva, Luciano Pereira da Silva, Emanuel Henrique de Sousa Loureto e Iqui Djú
- 523** *Povos Indígenas no Brasil: direitos na agenda de população e desenvolvimento e visibilidade estatística*
Marta Azevedo, Rosa Colman, Alessandra Traldi Simoni, Marta Antunes, Bruno Nogueira Guimarães, Bárbara Cunha e Ricardo Ventura Santos
- 547** *Pessoas com deficiência e sua trajetória por direitos*
Laís Silveira Costa, Danielle Bittencourt, Carina Magalhães Barbosa e Carolina Aguilar da Costa Nascimento

- 575** *Vidas à margem: motivos e significados atribuídos ao viver nas ruas*
Andréa Branco Simão e Laura Maciel Freitas
- 598** *A produção de dados e o legado da CIPD no Brasil*
Cimar Azeredo
- 647** *O Brasil e a Agenda de População e desenvolvimento: avanços recentes e dilemas de financiamento*
Enid Rocha
- 670** *Divulgação científica na ABEP (2020–2025): adaptações e fortalecimento da Agenda de População e desenvolvimento em diálogo com a sociedade*
Luciana Conceição de Lima, Roberta Guimarães Peres, Tathiane Mayumi Anazawa, Elzira Lúcia de Oliveira e Adriana Miranda-Ribeiro
- 688** *O Cedeplar diante dos desafios da agenda de população e desenvolvimento: o ensino de Demografia, a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento das capacidades institucionais*
Paula Miranda-Ribeiro
- 701** *O papel pioneiro de Elza Berquó na saúde sexual e reprodutiva*
Margareth Arilha e Alberto Jakob
- 719** *População, desenvolvimento e informação: a mediação institucional entre ciência, comunicação e sociedade*
Ana Carolina Soares Bertho, Alinne Magalhães Gomes e Flávia Pinto de Carvalho
- 738** *Expandindo fronteiras da demografia no Brasil: a experiência do PPgDem/UFRN no Nordeste*
Luciana Lima, Ricardo Ojima e Marcos Roberto Gonzaga
- 758** *30 anos da CNPD: o necessário debate sobre institucionalidade, população, desenvolvimento e capacidades estatais no Brasil*
Richarlls Martins
- 796** *Relatório de Atividades da CNPD entre 1995 e 2002.*
- 818** *Posfácio: Cairo 30+, entre o legado e a reconfiguração do futuro*
Diana Oya Sawyer
- 823** *Anexo: imagem do rascunho escrito por Elza Berquó do Decreto de criação da CNPD*
- 825** *Quarta capa*
Luciana Mendes Santos Servo

Diversidade sexual e de gênero e a Agenda de População e desenvolvimento no Brasil: 30 anos após o Cairo

Samuel Araujo Gomes da Silva¹ e Fernanda Fortes de Lena²

Introdução: Cairo, Montevideu e o legado para a agenda brasileira

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, representou um marco na incorporação dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos à agenda de população e desenvolvimento. O Programa de Ação aprovado na ocasião estabeleceu que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer natureza” e que toda pessoa tem direito ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, incluindo o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, sem coerção, discriminação ou violência. Ainda que a linguagem sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero (OSIG) fosse, à época, incipiente, o Cairo abriu caminho para a compreensão de que a dignidade e a igualdade se estendem a todas as pessoas, independentemente de sua identidade, expressão de gênero e orientação sexual.

Duas décadas depois, o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento (2013) consolidou avanços significativos na região da América Latina e Caribe. O documento reafirmou a centralidade dos direitos sexuais e reprodutivos para a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Introduziu, de forma inédita, a nomeação explícita de que a geração de estatísticas inclusivas sobre pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) é um insumo básico para a formulação de políticas públicas e para o monitoramento das desigualdades. A afirmação traduz um pacto regional em torno da necessidade de visibilizar as populações historicamente discriminadas, ampliando a lógica inclusiva da política pública para o campo da produção estatística e dos estudos populacionais.

Trinta anos após o Cairo e uma década após Montevideu, o Brasil se vê diante de uma questão central: *como a demografia e os estudos populacionais têm incorporado os compromissos assumidos internacionalmente de*

1

Doutor em Demografia pelo Cedeplar/UFMG; mestre em Administração pelo Cepead/UFMG e graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Relações Internacionais.

2

Economista pela UFMG; mestra e doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas.

reconhecer os direitos sexuais, incluir pessoas LGBT+ e produzir estatísticas capazes de refletir a diversidade social?

É a partir dessa pergunta que o presente capítulo examina a trajetória dos estudos de população e desenvolvimento no Brasil, destacando avanços, silêncios e desafios para os próximos trinta anos.

Do Cairo à Montevideu : da universalidade ao reconhecimento

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, representou uma inflexão histórica nas políticas globais de população. Até então, o debate internacional estava fortemente orientado por perspectivas demográficas e economicistas que se concentravam no controle do crescimento populacional e na regulação da fecundidade como caminho para o desenvolvimento. O Cairo desloca esse eixo, substituindo o paradigma do controle pelo da autonomia e inscreve no marco normativo internacional a noção de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos universais (UNFPA, 2014).

Ao inserir a dignidade, a liberdade e a igualdade no centro da política populacional, a CIPD reposicionou o debate sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução. O Programa de Ação aprovado por 179 países, entre eles o Brasil, consagrou a saúde sexual e reprodutiva como dimensão indissociável do desenvolvimento. O texto reconhece que as desigualdades de gênero, a violência contra as mulheres e a limitação do acesso à educação e à saúde reprodutiva comprometem o bem-estar coletivo e o próprio desenvolvimento das nações (UNFPA, 2014).

Esse reconhecimento normativo resultou de uma ampla mobilização de movimentos feministas e organizações da sociedade civil (Corrêa; Petchesky, 1996). Mais que um consenso técnico, o Cairo simbolizou uma convergência ética e política, que vinculou justiça social, igualdade de gênero e direitos reprodutivos a um novo entendimento de desenvolvimento humano (Arihã; Lago, 2014).

No caso latino-americano, e particularmente no Brasil, a conferência teve forte ressonância. Delegações compostas por pesquisadoras, militantes e formuladoras de políticas públicas contribuíram para consolidar um discurso de direitos que logo seria incorporado aos programas nacionais de saúde, à institucionalização das políticas de gênero e às reformas normativas que se seguiram ao processo de redemocratização. Assim, pode-se dizer que o Cairo inaugurou uma linguagem comum, de alcance global, capaz de reconfigurar tanto a produção acadêmica quanto as agendas públicas da região (Martins, 2019).

Duas décadas depois, o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento (2013) reafirmou e aprofundou os compromissos do Cairo. Produzido sob a coordenação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), o documento regional foi considerado o mais avançado em matéria de direitos sexuais e reprodutivos da história latino-americana (CEPAL, 2013). Nele, a região não apenas retoma os princípios de universalidade e dignidade humana, mas introduz um elemento inédito: *a nomeação explícita das populações LGBT+ como sujeitos de direito*.

Ao reconhecer a existência de grupos historicamente invisibilizados, o Consenso rompe com a abstração do “universal” e explicita que a efetividade dos direitos depende do enfrentamento das desigualdades concretas que estruturam as sociedades latino-americanas. A ênfase em dados desagregados por orientação sexual e identidade de gênero expressa uma virada epistemológica: sem estatísticas inclusivas, não há políticas efetivamente universais.

O Consenso de Montevidéu também propõe que os Estados implementem mecanismos institucionais e orçamentários específicos para a promoção dos direitos de pessoas LGBT+, mulheres, jovens e populações afrodescendentes e indígenas. Reafirma ainda a necessidade de formação de profissionais de saúde e educação, produção de conhecimento e participação social desses grupos na formulação de políticas (UNFPA, 2014). Em síntese, Montevidéu regionaliza o universalismo do Cairo, contextualizando-o em uma América Latina marcada pela desigualdade e pela pluralidade cultural (Martins, 2019).

A regionalização dos direitos também revela uma dimensão de resistência. Em um contexto global de recrudescimento de pautas conservadoras, o Consenso se torna, à época, um marco de afirmação política e simbólica, um contraponto a tendências de desdemocratização e moralização do debate público. A América Latina assume, assim, protagonismo na defesa de uma agenda progressista que articula direitos sexuais, justiça social e desenvolvimento sustentável (Arihã; Lago, 2014).

Universalidade situada: tensões e complementaridades entre Cairo e Montevidéu

A leitura conjunta de Cairo e Montevidéu permite compreender a passagem de um universalismo abstrato a um universalismo situado. No Cairo, o discurso dos direitos humanos operou pela universalização, pelo direito de todas as pessoas à autonomia sexual e reprodutiva, indepen-

dentemente de gênero, classe ou nacionalidade. Em Montevideu, a universalidade é traduzida e concretizada por meio da nomeação de grupos específicos, reconhecendo-se que a igualdade formal não garante a igualdade real.

A transição, longe de representar uma ruptura, expressa a maturação de um projeto ético-político global. O universalismo do Cairo forneceu o horizonte normativo; o particularismo de Montevideu ofereceu a tradução concreta, incorporando os contextos de desigualdade e pluralidade da América Latina. Trata-se, portanto, de uma universalidade situada, uma universalidade que reconhece a diferença como condição para a igualdade.

A ideia de *universalidade situada* implica reconhecer que os direitos humanos, embora universais em princípio, dependem de traduções culturais e institucionais que lhes deem materialidade. O mesmo direito, por exemplo, o de viver sem violência, adquire significados distintos quando situado em realidades marcadas por racismo estrutural, desigualdade de gênero e LGBTfobia. Montevideu, ao nomear explicitamente sujeitos e contextos, não relativiza o universalismo dos direitos, mas o enriquece, propondo uma leitura relacional e interdependente entre igualdade e diferença.

É também nesse ponto que emergem as tensões. A tradução situada do universal gera disputas sobre quem pode falar em nome dos direitos e como se definem suas fronteiras. No caso da diversidade sexual e de gênero, as tensões se manifestam tanto nas arenas internacionais, em que persistem resistências à inclusão da linguagem de orientação sexual e identidade de gênero, quanto nas políticas nacionais, em que o reconhecimento formal nem sempre se converte em prática efetiva. A universalidade situada, portanto, é um processo inacabado e permanentemente tensionado entre o ético e o político, o global e o local.

No Brasil, o processo contínuo de institucionalização e radicalização dos direitos sexuais e reprodutivos se expressa em múltiplas dimensões: na ampliação das políticas de saúde sexual e reprodutiva, na incorporação da perspectiva de gênero às políticas públicas e na progressiva, ainda que desigual, institucionalização de pautas LGBT+ em órgãos governamentais. A relação entre ambas as conferências também impulsionou a criação de comunidades epistêmicas regionais, redes de pesquisadoras, ativistas e gestores públicos que atuam como mediadoras entre as agendas globais e as políticas nacionais (Haas, 1992; Soares; Vitelli, 2016).

Entretanto, as últimas décadas também foram marcadas por tensões. A ascensão de governos conservadores, a censura a programas de educação sexual e a restrição orçamentária em políticas de gênero revelam

o caráter não linear e disputado desse processo (Martins, 2019). Ainda assim, a permanência de marcos, como o Consenso de Montevideu e o papel ativo da CEPAL e do UNFPA, mantém viva a articulação regional em torno dessa agenda.

O panorama brasileiro: avanços e silêncios nos estudos populacionais

A promessa de Montevideu de que os direitos sexuais e reprodutivos só se tornam universais quando nomeiam suas diferenças coloca diante do Brasil uma questão incontornável: como produzir políticas e estatísticas verdadeiramente inclusivas em um país que historicamente marginalizou a diversidade sexual e de gênero, tanto no discurso quanto nos números? Três décadas após o Cairo, o panorama brasileiro revela um descompasso entre o avanço normativo e a capacidade institucional de transformar o avanço em dados, políticas e reconhecimento.

Entre o reconhecimento formal e a invisibilidade empírica

Apesar de o Brasil ter desempenhado papel ativo nas negociações internacionais sobre direitos sexuais e reprodutivos, a incorporação efetiva desses princípios nas pesquisas nacionais foi lenta, fragmentada e muitas vezes conflituosa. A própria noção de “população”, pilar da demografia, foi construída sob uma matriz heteronormativa, na qual o casal heterossexual e reprodutivo era o paradigma implícito do que seria o sujeito populacional. Essa herança atravessa décadas de produção estatística e ainda delimita quem pode ser visto, contado e descrito.

Como apontam Silva e Lena (2023), a ausência de categorias que reconheçam orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas não é uma omissão neutra, mas o produto de disputas morais e epistemológicas dentro do próprio Estado. A demografia brasileira, nesse sentido, não é apenas um campo técnico: ela é também um espaço de produção de legitimidades, em que certos corpos e experiências são reconhecidos como “dados”, enquanto outros permanecem fora da contagem.

A exclusão se reflete nas séries históricas produzidas pelo IBGE e por outras instituições: até 2010, a população LGBTQIA+ era estatisticamente inexistente. Foi o Censo de 2010 que introduziu, pela primeira vez, a possibilidade de identificar casais do mesmo sexo, uma conquista importante, mas restrita, pois ainda vinculava a existência LGBT+ à conjugabilidade e à coabitação. Em outras palavras, a visibilidade se deu apenas na medida em que reproduzia o modelo de família como unidade legítima

de análise. Aquele passo inicial expôs tanto as possibilidades quanto as fronteiras de um modelo estatístico que só reconhece o que já é institucionalmente validado.

O avanço das estatísticas e as novas formas de silêncio

A partir de 2013, a agenda de dados inclusivos ganhou força, impulsionada por pressões de organizações da sociedade civil e de coletivos de pesquisadoras e pesquisadores ligados à demografia e à saúde pública. Foi nesse contexto que a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) incorporou, em 2019, a variável de orientação sexual, tornando-se a primeira pesquisa nacional a captar informações sobre indivíduos LGB fora de arranjos conjugais no país.

Os resultados, contudo, evidenciam tanto o avanço quanto o limite da mudança: cerca de 3 milhões de pessoas se declararam homossexuais ou bissexuais, enquanto 5,5 milhões preferiram não responder ou disseram não saber. Esse dado, longe de ser apenas uma limitação técnica, é um indício analítico poderoso. Revela que a recusa em responder é também uma resposta social, marcada pelo medo, pelo estigma e pela desigual distribuição da segurança para se afirmar uma identidade.

Como observam Lena *et al.* (2023), os dados sobre sexualidade no Brasil são produzidos sob um regime de visibilidade condicional: podem ser contados apenas até o ponto em que o estigma permite. A estatística, que deveria desvelar desigualdades, acaba por espelhar o próprio sistema que as produz. A invisibilidade, portanto, não é somente ausência de dado, mas efeito do contexto político e social no qual o dado é coletado, um contexto em que a violência LGBTfóbica e o conservadorismo institucional ainda limitam o exercício da cidadania.

Por isso, é preciso compreender os dados sobre sexualidade não de maneira isolada, mas contextualizada. A leitura de uma variável sobre orientação sexual ou identidade de gênero deve considerar as condições sociais de sua produção: o ambiente político, o nível de confiança institucional, a proteção à privacidade e a percepção pública de segurança. Os dados são sempre produzidos em um campo de poder, e é nesse campo que o silêncio é informação.

Diversidade Sexual e demografia: para além da variável

A incorporação da sexualidade e do gênero nas análises populacionais não deve se reduzir à inclusão de uma variável nos questionários. É preciso pensar em uma transformação mais profunda do ponto de vista

teórico-conceitual, ou seja, repensar quem são os sujeitos que compõem essa população e como o pertencimento a esse grupo molda as trajetórias de vida dos indivíduos (Baumle, 2013).

Essa perspectiva aproxima a demografia dos debates contemporâneos ao reconhecer que as desigualdades em saúde, trabalho e educação das pessoas LGBTQIA+ têm base estrutural e, conseqüentemente, efeitos demográficos, derivados da exclusão histórica dos mecanismos de proteção social e das barreiras de acesso a direitos. A população LGBTQIA+ não é apenas uma categoria identitária, é um conjunto de trajetórias atravessadas por experiências diferenciadas de vulnerabilidade territorial, de educação, inserção laboral, morbidade, envelhecimento e mortalidade.

O desafio teórico, portanto, é deslocar a pergunta de “quantas pessoas LGBTQIA+ existem?” para “como as estruturas sociais moldam as condições de existência dessas pessoas, afetando seu reconhecimento e capacidade de comunicação como parte desse grupo populacional?”. Isso implica um giro epistemológico, de uma demografia da contagem para uma demografia da desigualdade, capaz de articular estatística, narrativas e teorias críticas.

As fronteiras institucionais dos surveys nacionais

Apesar da crescente abertura de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde e Ministério de Desenvolvimento Social, os limites institucionais permanecem expressivos. As barreiras vão desde resistências políticas internas, agravadas por contextos de polarização e avanço conservador, até dificuldades metodológicas na formulação das perguntas e na capacitação de entrevistadores. Perguntar sobre orientação sexual ou identidade de gênero em uma entrevista domiciliar é, em muitos contextos, uma violação percebida, e o medo de represálias ainda condiciona as respostas.

Como argumentam Silva e Lena (2023), as limitações não podem justificar a inação. A estatística pública é também um campo de disputa simbólica, e o silêncio institucional tem custo político. Cada ausência de dado é também uma ausência de política. Produzir informações sobre a diversidade sexual e de gênero, portanto, é um ato de responsabilidade pública e uma forma de reparação histórica, parte essencial do compromisso assumido pelo Brasil em Montevideu.

Estatísticas públicas oficiais e inclusão OSIG

A incorporação das dimensões de identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas oficiais representa uma das fronteiras mais complexas e politicamente sensíveis das políticas de informação pública no Brasil e na América Latina. Essa agenda, impulsionada pela Plataforma de Ação de Montevidéu e pelas recomendações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), reflete o reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável e a equidade social dependem de sistemas estatísticos capazes de tornar visíveis as desigualdades vividas por pessoas LGBTQIA+. No entanto, transformar esse princípio em prática estatística requer não apenas vontade política, mas também inovação metodológica, coerência conceitual e segurança ética, dimensões que o debate recente em torno das variáveis OSIG têm evidenciado com clareza.

A trajetória brasileira e os avanços recentes

O Brasil possui uma tradição censitária centenária, e o IBGE é internacionalmente reconhecido pela solidez de seus levantamentos. Contudo, as questões relativas à diversidade sexual e de gênero só começaram a ser incorporadas de forma experimental nos anos 2000, com a inclusão, na Contagem Populacional de 2007 e no Censo 2010, da categoria “cônjuge do mesmo sexo” na variável de parentesco. Foi a primeira vez em que a heteronormatividade implícita nas classificações demográficas foi parcialmente tensionada, permitindo a identificação de casais homoafetivos coabitantes.

Mesmo assim, a captação dessa informação permaneceu limitada. Como observam Carvalho e Barreto (2021), o reconhecimento de “cônjuge do mesmo sexo” depende de duas autodeclarações simultâneas, o vínculo conjugal e o sexo de nascimento de cada indivíduo, ambas mediadas por categorias binárias e pela disposição subjetiva dos respondentes em se declarar publicamente. Assim, a subdeclaração e o silêncio continuam a marcar o campo das estatísticas oficiais sobre a população LGBTQIA+, mesmo após a consolidação jurídica do casamento civil homoafetivo em 2013.

Durante o período intercensitário, o IBGE testou e ampliou instrumentos amostrais que permitiram certa aproximação à diversidade sexual. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2019, foi o primeiro teste da viabilidade de variáveis sobre identidade de gênero e orientação sexual. Contudo, tais variáveis foram divulgadas como “dados experimentais”,

sem representatividade nacional e com difusão limitada, o que evidencia o caráter ainda incipiente da institucionalização dessas perguntas (Carvalho; Barreto, 2021).

A trajetória revela que o avanço brasileiro se deu de forma gradual e pragmática, priorizando a coerência metodológica e a comparabilidade internacional em detrimento da velocidade de implementação. A escolha por introduzir primeiro a variável de conjugalidade homoafetiva, e apenas depois as de orientação sexual e identidade de gênero, expressa tanto uma estratégia política quanto uma preocupação metodológica, ou seja, avançar sem romper a continuidade das séries históricas.

Os últimos anos, entretanto, trouxeram avanços significativos. O Censo Demográfico de 2022 manteve a captação da variável “cônjuge do mesmo sexo”, ampliando sua precisão e confirmando 480 mil casais do mesmo sexo conviventes no país, o que representa um salto expressivo em relação a 2010. A consolidação dessa informação, articulada ao uso das Estatísticas do Registro Civil (2013–2023), possibilitou a construção de uma série histórica inédita que distingue entre uniões formais e informais, oferecendo insumos valiosos para o desenho de políticas familiares e de igualdade de direitos.

Paralelamente, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS 2023) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD) incorporaram quesitos específicos sobre identidade de gênero e orientação sexual. As iniciativas dialogam diretamente com as recomendações de Cobo *et al.* (2024), que destacam a importância de integrar as dimensões OSIG de maneira transversal aos sistemas estatísticos nacionais, evitando que permaneçam confinadas a levantamentos temáticos. Segundo Cobo e colegas, a inclusão consistente dessas variáveis é condição indispensável para monitorar desigualdades, planejar serviços de saúde e fortalecer políticas públicas baseadas em evidências.

Cobo *et al.* (2024) ainda argumentam que o processo de institucionalização das variáveis OSIG deve ser participativo e interativo, envolvendo especialistas, ativistas e usuários de dados desde a fase de desenho dos questionários até a interpretação dos resultados. Essa abordagem garante legitimidade social e fortalece a confiança pública nas estatísticas, um fator decisivo em contextos marcados por desinformação e desconfiança nas instituições.

A experiência Brasil segue as recomendações internacionais para coleta de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual, como as emitidas pelo United Nations Principles and Recommendations for Popu-

lation and Housing Censuses (2017) e pelo OECD Statistical Framework for SOGIESC Data (2021), que enfatizam a necessidade de adaptar instrumentos às realidades socioculturais de cada país. O modelo de duas perguntas para identidade de gênero, proposto por Costa, Rosa e Fontanari (2022), constitui um exemplo de tentativa de tradução metodológica das diretrizes internacionais. A proposta combina a pergunta sobre sexo registrado no nascimento com outra sobre identidade de gênero atual, incluindo opções como “homem”, “homem trans”, “mulher”, “mulher trans”, “travesti” e “não binário”.

Ainda que tecnicamente justificável, a proposta enfrentou resistência de segmentos do movimento trans e travesti, que reivindica a centralidade da autoidentificação e da autonomia linguística na construção das categorias estatísticas. O documento de ofício conjunto assinado por ABGLT, ANTRA, LBL, RBPI e VoteLGBT (2023) contestou a formulação adotada pelo IBGE para o teste da variável de identidade de gênero, argumentando que a estrutura das perguntas reproduzia uma lógica cisnormativa e potencialmente transfóbica. Embora a pergunta siga o método de duas etapas, amplamente recomendado por organismos internacionais, movimentos sociais brasileiros destacaram que as categorias de resposta da pergunta de identidade de gênero podem relegar as identidades trans e travestis a posições subalternizadas, reforçando hierarquias simbólicas e barreiras de reconhecimento.

A experiência latino-americana mostra que a qualidade da implementação importa tanto quanto a inclusão em si. Países como Argentina, que introduziram perguntas sobre identidade de gênero em seus censos nacionais (pergunta idêntica à aplicada no Brasil), tiveram de revisar instrumentos após constatarem inconsistências nas respostas, reforçando a importância de uma abordagem incremental e baseada em evidências (Mendive, 2021).

Dilemas metodológicos e riscos de captura espúria

A inclusão das variáveis OSIG nas estatísticas oficiais não é apenas uma questão política, mas também um desafio epistemológico e técnico de grande complexidade. Como observa Guyán (2022), a coleta dessas informações envolve “altos riscos de erros de mensuração, enviesamentos e ruído estatístico, especialmente quando as categorias não são testadas de forma sistemática ou culturalmente contextualizadas”. Biggs (2023) complementa esse argumento ao demonstrar que a ausência de padronização conceitual entre países e mesmo entre pesquisas dentro de um mesmo país

pode comprometer a comparabilidade longitudinal dos dados e, consequentemente, sua utilidade para formulação de políticas.

Esses riscos também se manifestam na realidade brasileira. Mesmo quando o conceito é mantido constante, como na variável “sexo de nascimento”, a forma de aplicação e as condições sociais da entrevista podem alterar significativamente o resultado. O medo de discriminação e a autocensura ainda influenciam as respostas, gerando subnotificação sistemática. O problema se agrava em contextos de crescente conservadorismo político e moral, em que as pessoas LGBTQIA+ tendem a ocultar aspectos de sua vida afetiva ou identitária para preservar sua segurança pessoal.

Além disso, há desafios estruturais ligados ao desenho dos instrumentos e à codificação das respostas. A categorização binária de sexo (“masculino/feminino”) continua sendo o eixo de referência para a maioria das bases de dados do IBGE, limitando a representação de identidades não binárias ou travestis. Como argumentam Ruberg e Ruelos (2020), “os dados não são neutros”, cada categoria estatística é produto de um processo social de definição e exclusão. Assim, as formas de perguntar as opções de resposta são também formas de reconhecer ou negar existências.

A crítica ecoa no conceito de *data queer*, proposto por Glantz e Martinez (2019) e expandido por Ruberg e Ruelos (2020), que enfatiza a natureza performativa e subjetiva da produção de dados. No contexto das estatísticas públicas, essa abordagem sugere que a neutralidade técnica pode mascarar hierarquias de poder, reproduzindo invisibilidades sob o manto da objetividade. Cobo *et al.* (2024) alertam que a inclusão apresada de variáveis OSIG, sem testes cognitivos adequados, pode produzir o efeito contrário ao desejado, a geração de dados espúrios, incapazes de representar fielmente as experiências de vida da população LGBTQIA+.

O princípio do rigor técnico, ético e político é o eixo que deve orientar a ampliação das estatísticas OSIG no Brasil. Como enfatizam Young e Bond (2023), “não basta incluir novas perguntas: é preciso garantir que elas produzam conhecimento válido e socialmente transformador”. Essa perspectiva dialoga com a noção de *accountability* dos dados públicos, segundo a qual cada variável adicionada aos sistemas oficiais deve ser justificada por sua relevância social e por sua capacidade de reduzir desigualdades.

Para uma estatística inclusiva, ética e situada

Consolidar uma agenda OSIG sólida requer equilibrar inovação e prudência. De um lado, é urgente romper o silêncio histórico sobre as experiências LGBTQIA+ nos levantamentos oficiais; de outro, é funda-

mental evitar que a pressa em incluir produza distorções ou reforce estigmas. Nesse sentido, o diálogo contínuo entre IBGE e outros órgãos oficiais produtores de informação populacional, academia e movimentos sociais é indispensável para construção de categorias que sejam, ao mesmo tempo, analiticamente robustas e politicamente legítimas.

Podem-se destacar três dimensões centrais para o avanço dessa agenda:

1. Rigor conceitual — As categorias de sexo, gênero e orientação sexual devem ser definidas com base em referenciais teóricos consistentes e em diálogo com as comunidades afetadas. Termos como “travesti”, “não binário” ou “bissexual” não podem ser tratados como traduções literais de nomenclaturas estrangeiras, mas como expressões culturais específicas do contexto brasileiro.
2. Rigor metodológico — A construção de instrumentos de coleta deve envolver etapas de teste cognitivo, calibração linguística e análise de consistência.
3. Rigor ético — A confidencialidade das respostas é condição indispensável para a participação segura. O medo de exposição e de retaliação podem distorcer os resultados e comprometer a comparabilidade entre grupos.

O desafio brasileiro na inclusão das variáveis OSIG ilustra o paradoxo contemporâneo das estatísticas públicas: quanto mais se avança na ampliação da cobertura, maior a responsabilidade metodológica e política sobre o uso dos dados. O Censo 2022 e as pesquisas amostrais recentes inauguram uma nova fase de visibilidade, mas a visibilidade precisa ser sustentável, ética e epistemologicamente sólida.

Como observam Ruiz-Vallejo e Fortes de Lena (2025), a demografia das populações LGBTQIA+ é um campo em construção, atravessado por dilemas éticos, epistemológicos e políticos. O desafio é transformar a contagem em compreensão e a mensuração em emancipação. Nesse caminho, a lição mais importante talvez seja a que emerge da própria experiência latino-americana: a inclusão estatística só se sustenta quando vem acompanhada de participação social, rigor técnico e compromisso com a justiça social.

O campo emergente da demografia das sexualidades no Brasil e na América Latina

A consolidação de um campo demográfico dedicado às sexualidades no Brasil e na América Latina ocorre justamente quando os sistemas estatísticos nacionais começam a incorporar, ainda que lentamente, perguntas

sobre orientação sexual e identidade de gênero. Como discutido na seção anterior, a expansão dessas estatísticas representa uma mudança institucional relevante, mas seu impacto dependerá da capacidade de transformar dados em conhecimento. Isso exige compreender como, historicamente, a produção científica avançou ou se descontinuou e como, mais recentemente, diferentes países da região têm recorrido a informações populacionais para examinar desigualdades, arranjos familiares e experiências territoriais de minorias sexuais e de gênero. Esta seção apresenta tal panorama, situando o caso brasileiro no contexto regional e destacando potencialidades e obstáculos que marcam a constituição do campo.

Trajetória e descontinuidades no Brasil

A literatura brasileira mostra que a presença das sexualidades como objeto demográfico é marcada por idas e vindas. Embora debates sobre sexualidade tenham integrado encontros da Associação Brasileira de Estudos Populacionais nos anos 1980, eles não se consolidaram como um eixo permanente da disciplina (Loyola, 2000). A revisão sistemática de Fortes de Lena (2022) evidencia que, durante mais de duas décadas, o campo permaneceu restrito: faltavam dados, mas também havia resistência institucional e disputas epistemológicas que delimitavam o que seria considerado um “objeto legítimo” para a demografia.

A incorporação dos casais do mesmo sexo no Censo 2010 alterou esse cenário. Pela primeira vez, a demografia brasileira pôde analisar características sociodemográficas, padrões familiares e aspectos residenciais de casais homoafetivos. Estudos como os de Fortes de Lena e Oliveira (2015) e Fortes de Lena (2016) demonstraram, logo em sua estreia, a potência analítica desse tipo de informação e revelaram diferenças estruturais entre casais homoafetivos e heteroafetivos. Os trabalhos mostraram que, apesar da escassez de dados, havia demanda reprimida e capacidade instalada para desenvolver uma agenda demográfica sobre diversidade sexual e de gênero.

Ainda assim, como discutido na seção 3, a ausência de séries históricas contínuas com variáveis OSIG dificultou a consolidação de análises longitudinais e comparáveis. O resultado é um campo que, embora tenha avançado de forma importante, ainda carrega as marcas de uma trajetória histórica que produziu lacunas profundas. A entrada recente de novas variáveis em pesquisas nacionais cria oportunidades, mas também evidencia o tamanho do atraso acumulado.

Temas emergentes na produção demográfica brasileira

A produção brasileira dos últimos anos revela uma expansão temática que, embora ainda modesta em volume, vem constituindo um núcleo coerente de pesquisas demográficas. A conjugalidade foi o primeiro eixo dessa renovação. A partir dos dados do Censo 2010, estudos mostraram diferenças entre casais do mesmo sexo e casais heterossexuais em escolaridade, composição domiciliar e inserção no mercado de trabalho (Fortes de Lenae Oliveira, 2015; Fortes de Lena, 2016). Esses achados não apenas ampliam o entendimento sobre diversidade familiar, mas também deslocam a demografia da família para além do modelo heteronormativo que historicamente a estruturou.

O movimento inaugura pesquisas sobre parentalidade e projetos reprodutivos. Trabalhos como os de Souza (2020) e Souza e Miranda-Ribeiro (2021) revelam que decisões reprodutivas entre casais homoafetivos variam de maneira significativa segundo gênero, destacando que expectativas de cuidado, acesso a tecnologias reprodutivas e práticas familiares não podem ser compreendidos sem atenção às desigualdades de gênero que atravessam as experiências. A literatura também começa a captar como relações familiares influenciam trajetórias de vida e bem-estar. O estudo de Silva (2021) mostra que suporte familiar, gênero e experiências de deslocamento intraestaduais estão associados a padrões diferenciados de saúde mental entre lésbicas, gays e bissexuais, reforçando que processos demográficos são profundamente moldados por desigualdades estruturais.

A dimensão espacial emerge como outro eixo relevante dessa produção. Embora não seja o foco central desta seção, trabalhos recentes sugerem que casais do mesmo sexo se distribuem e se deslocam pelo território de maneira distinta de casais heterossexuais, concentrando-se com mais frequência em grandes centros urbanos (Fortes de Lena, 2022). Estudos qualitativos que dialogam com essa agenda indicam que decisões residenciais são frequentemente orientadas por experiências de discriminação, busca por redes de apoio e percepções de segurança (Fortes de Lena, 2024). Ainda que incipiente, a literatura evidencia que espacialidade e sexualidade constituem um campo promissor para investigações demográficas futuras.

A análise das desigualdades socioeconômicas constitui outro campo em expansão. Pesquisas como a de Cavalcante e Itaborahy (2017) mostram como discriminação, precarização laboral e desigualdades raciais e de classe estruturam oportunidades e condições de vida de pessoas LGBTQIA+. Estudos em geografia populacional (Polidoro; Kauss; Canavese,

2024) reforçam que os espaços urbanos filtram e reconfiguram desigualdades, afetando acesso a recursos, bem-estar e segurança. Essa literatura demonstra que marcadores de gênero e sexualidade não operam isoladamente, mas se entrelaçam com estruturas de classe, raça e território.

Apesar dos avanços, a produção quantitativa nacional ainda é pequena diante do potencial oferecido pelos dados disponíveis. O Brasil recolhe informações sobre casais do mesmo sexo há mais de uma década, e outros países latino-americanos, como documentado por Nathan e Pardo (2018) no caso uruguaio, também vêm coletando e analisando dados populacionais sobre diversidade sexual desde o início da década de 2010. Ainda assim, o número de estudos conduzidos ao longo de quinze anos é reduzido, e sabemos relativamente pouco sobre características, desigualdades e trajetórias dessa população. Para que o campo avance, será necessário transformar a disponibilidade crescente de dados em séries contínuas, metodologias consolidadas e incentivos acadêmicos que sustentem uma agenda de pesquisa de médio e longo prazo.

A produção latino-americana e a construção regional de um campo

O panorama latino-americano, sistematizado por Ruiz-Vallejo e Fortes de Lena (2025), revela que diversos países da região têm avançado de forma significativa na institucionalização de dados OSIG. México, Chile, Argentina, Uruguai e Colômbia incorporaram variáveis de orientação sexual e identidade de gênero em pesquisas domiciliares, registros administrativos e levantamentos especializados. Essa infraestrutura permitiu análises sobre desigualdades no mercado de trabalho (Gutiérrez; Rubli, 2024), dissolução de uniões (Ruiz-Vallejo; Boertien, 2021), discriminação institucional (Copred, 2022; Dane, 2024) e direitos familiares (Montes; Vasco, 2010). Pesquisas sobre tolerância e fatores socioculturais (Navarro *et al.*, 2019) mostram que a relação entre sexualidade e desigualdade está profundamente ancorada em contextos culturais específicos.

Esse conjunto demonstra que a institucionalização de dados gera efeitos multiplicadores: quando os sistemas estatísticos reconhecem populações LGBTQIA+, produz-se um ambiente mais favorável para investigações acadêmicas, debates políticos e formulação de políticas públicas. O caso brasileiro contrasta com o movimento regional. Embora possua uma das infraestruturas estatísticas mais robustas da região, o país avançou lentamente na incorporação de variáveis OSIG, o que explica, em parte, por que sua produção demográfica sobre o tema ainda é reduzida diante de seu potencial.

Potenciais, limites e a necessidade de consolidação do campo

A articulação entre produção brasileira e latino-americana revela que a demografia das sexualidades se encontra em um momento decisivo. A institucionalização recente de variáveis OSIG cria possibilidades inéditas, mas transformar dados em conhecimento exige superar três desafios.

O primeiro é consolidar a continuidade analítica. Embora o Brasil disponha de informações sobre casais do mesmo sexo desde 2010 e outros países da região também tenham avançado no tema, a produção científica ainda é incipiente diante do potencial oferecido por esses dados. Em mais de quinze anos, o número de estudos demográficos que exploram sistematicamente as informações é reduzido, limitando nosso conhecimento sobre características, desigualdades e padrões de vida dessa população. Expandir o campo exige séries contínuas, metodologias consolidadas e incentivos acadêmicos que sustentem a agenda de pesquisa.

O segundo desafio é incorporar desigualdades e interseccionalidades como fundamento analítico e não como complemento. A literatura brasileira mostra que sexualidade se entrelaça com raça, classe, território e geração na produção de desigualdades. Uma demografia das sexualidades que não incorpore essa matriz interpretativa corre o risco de reproduzir cegueiras estruturais.

O terceiro desafio é institucional. Consolidar o campo requer experimentação metodológica, aprimoramento das categorias de coleta e diálogo permanente entre estatísticas públicas, academia e sociedade civil. A experiência latino-americana mostra que avanços concretos são possíveis quando há compromisso político e articulação intersetorial.

Assim, a construção de uma demografia das sexualidades no Brasil é, ao mesmo tempo, um esforço de reconstrução histórica e um investimento no futuro. O fortalecimento do campo exige rigor, continuidade e sensibilidade às desigualdades que estruturam a vida de pessoas LGBTQIA+.

Sexualidades, desigualdades e interseccionalidades

Compreender as experiências da população LGBTQIA+ no Brasil também exige ultrapassar os marcos analíticos convencionais de gênero e sexualidade isolados. As trajetórias sociais, as condições de saúde, os percursos educacionais e as formas de pertencimento político dessa população são produzidos em meio a camadas de desigualdade que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. É nesse ponto que a noção de interseccionalidade, formulada inicialmente no campo do feminismo negro, torna-se

fundamental para o campo dos estudos populacionais e de políticas de desenvolvimento.

Kimberlé Crenshaw (1989) cunhou o termo para descrever como mulheres negras vivenciam formas de discriminação que não podem ser entendidas separadamente, como “racismo + sexismo”, mas como uma experiência específica, na qual as estruturas de poder se entrelaçam de modo indissociável. Patricia Hill Collins (2019) expandiu a formulação ao propor o conceito de matriz de dominação, argumentando que as desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade são elementos de um mesmo sistema histórico de opressão. Em outras palavras, não há gênero sem raça, nem sexualidade sem classe, nem corpo sem território.

As autoras abriram caminho para que o conceito se tornasse não apenas uma categoria teórica, mas uma forma de análise crítica do poder, um modo de produzir conhecimento que parte das margens para compreender o centro. Ao deslocar o olhar para as experiências de grupos subalternizados, a interseccionalidade questiona o próprio universalismo da ciência moderna, propondo uma leitura situada e encarnada das relações sociais.

No contexto brasileiro e latino-americano, essa reflexão encontrou uma tradução singular nas obras de Lélia Gonzalez, que, antes mesmo da difusão do termo “interseccionalidade”, já articulava uma crítica profunda à colonialidade do saber e à invisibilização das mulheres negras e indígenas nas ciências sociais. Em seus textos sobre “amefricanidade” (1988), Gonzalez propôs pensar o Brasil como um espaço de encruzilhada entre América e África, em que o racismo e o sexismo operam de forma imbricada, produzindo hierarquias simbólicas e materiais que atravessam a vida cotidiana.

Para Gonzalez, a opressão não é apenas uma estrutura institucional, mas também uma gramática cultural, inscrita na linguagem, nos afetos e na produção do conhecimento. Essa visão é essencial para pensar a interseccionalidade em relação às sexualidades e identidades de gênero. O preconceito contra pessoas LGBTQIA+ negras e periféricas não se manifesta apenas como violência física, mas também como apagamento cultural, exotização, culpabilização moral e desautorização epistêmica.

O conceito de interseccionalidade também encontrou ressonância na saúde pública e na epidemiologia crítica, especialmente nos trabalhos de Nancy Krieger. Sua teoria da “causação social das doenças” (2001) propõe que as desigualdades não se limitam às esferas simbólica e econômica; elas se materializam nos corpos, por meio de processos de “incorporação biológica”. Para Krieger, os corpos são biografias sociais: carregam marcas das violências e privações sofridas ao longo da vida e, por isso, são testemunhos vivos da estrutura desigual da sociedade.

Essa leitura é crucial para o debate sobre a população LGBTQIA+ no Brasil. As taxas elevadas de violência física, o sofrimento psíquico, a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis, o uso abusivo de substâncias e os indicadores de desemprego e pobreza não são “problemas individuais”, mas expressões somatizadas de exclusão estrutural. A análise interseccional permite reconhecer que a vulnerabilidade não é natural, mas socialmente produzida, e que as respostas políticas devem enfrentar as causas sociais que a reproduzem.

Interseccionalidade e o campo demográfico: repensando o sujeito da contagem

Quando trazida para a demografia, a interseccionalidade opera como um instrumento de desnaturalização. Historicamente, o campo demográfico construiu o “sujeito populacional” como universal, neutro e abstrato, uma categoria estatística que, sob aparência de neutralidade, refletia o homem cis, heterossexual e branco como norma.

Ao introduzir categorias de gênero e sexualidade nos *surveys* nacionais, o Brasil começa a tensionar esse paradigma, mas ainda de modo incipiente. A invisibilidade estatística descrita por Lena *et al.* (2023) é resultado de uma estrutura metodológica que reconhece diferenças apenas quando elas cabem nas formas normativas de registro. O casal do mesmo sexo, por exemplo, foi incluído no Censo de 2010, mas apenas enquanto unidade familiar conjugal, uma forma de visibilidade condicionada, que valida a existência LGBTQIA+ apenas quando ela se enquadra em modelos tradicionais de formação de famílias.

A interseccionalidade permite avançar nessa crítica ao mostrar que o problema não está apenas na ausência de perguntas, mas no modo como o Estado define quem pode ser perguntado. Ela convida a demografia a repensar suas categorias fundantes – “família”, “domicílio”, “trabalho”, “fecundidade” – e a reconhecer que as sexualidades e os gêneros dissidentes desafiam as fronteiras das definições.

Nesse sentido, a interseccionalidade não é apenas uma lente analítica, mas um método de revisão epistemológica do próprio campo demográfico. Ela obriga o pesquisador a situar suas categorias no contexto histórico e político em que são produzidas, revelando que as estatísticas são também narrativas de poder.

A demografia das sexualidades: gênero, raça, classe, território e geração

A interseccionalidade ganha concretude quando aplicada às múltiplas dimensões que atravessam a vida das pessoas LGBTQIA+. No Brasil, raça e território são fatores estruturantes. As taxas de homicídios contra pessoas trans e travestis são desproporcionalmente altas entre mulheres negras e periféricas, revelando que a LGBTfobia no país é também racializada e classista. A violência letal, o encarceramento, o desemprego e a expulsão familiar operam em um mesmo circuito de exclusão, que combina desigualdade econômica, racismo institucional e cisheteronormatividade.

Além disso, o território delimita o acesso a direitos e políticas: nas capitais e grandes centros urbanos, a visibilidade e a rede de apoio são maiores; já em cidades pequenas e áreas rurais, a repressão moral e religiosa restringe o exercício da identidade (Silva, 2021). A interseccionalidade evidencia que as desigualdades têm uma geografia, e que pensar a população LGBTQIA+ demanda incorporar o espaço como categoria de análise.

A dimensão geracional adiciona outra camada de complexidade. Jovens LGBTQIA+ estão entre os grupos mais vulneráveis a violências domésticas e institucionais, enquanto pessoas idosas LGBTQIA+ enfrentam isolamento e apagamento histórico. Ao cruzarem gerações, observa-se que as desigualdades não apenas persistem, elas se reproduzem através de mecanismos intergeracionais de exclusão.

Os entrecruzamentos mostram que falar em “população LGBTQIA+” no singular é uma simplificação (Lena *et al.*, 2023); existem múltiplas populações LGBTQIA+ atravessadas por diferentes regimes de vulnerabilidade e poder. É justamente essa pluralidade que a interseccionalidade busca visibilizar.

Interseccionalidade como horizonte: por uma demografia da encruzilhada

Adotar uma perspectiva interseccional implica transformar tanto o modo de perguntar quanto o modo de interpretar. Significa, por exemplo, reconhecer que uma mulher trans negra que abandona a escola não é um “caso individual de evasão”, mas o resultado previsível de um sistema escolar e social que combina transfobia, racismo e desigualdade territorial. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade não deve ser entendida apenas como uma lente de análise da opressão, mas também como um projeto emancipatório, voltado para construir alianças políticas entre diferentes grupos marginalizados. Nesse sentido, ela aproxima o campo da demografia a uma ética do cuidado coletivo, em que produzir dados é também produzir reconhecimento e solidariedade.

A leitura interseccional das sexualidades e desigualdades propõe uma verdadeira reconfiguração epistemológica da demografia e das políticas de desenvolvimento. Ao revelar que os sistemas de opressão são interdependentes, ela nos convida a pensar o Brasil não apenas como uma população a ser medida, mas como uma encruzilhada de histórias, corpos e resistências.

As contribuições de Collins, Gonzalez e Krieger mostram que compreender as desigualdades exige uma análise simultaneamente estrutural, cultural e biológica, uma leitura que reconheça a inseparabilidade entre corpo e sociedade, entre subjetividade e poder. A partir dessa perspectiva, o campo da população e desenvolvimento deve ser repensado não como gestão técnica da vida, mas como projeto ético de justiça e reconhecimento.

Trinta anos após o Cairo, a promessa de “não deixar ninguém para trás” só se tornará real quando os saberes das margens forem incorporados ao centro da produção de conhecimento. A interseccionalidade, nesse sentido, não é apenas um conceito a ser aplicado, mas um horizonte político para a construção de uma demografia crítica, plural e comprometida com a vida em toda a sua diversidade.

Considerações finais

Podemos dizer que, retrospectivamente, avançamos de modo expressivo na visibilidade da população LGBTQIA+ nas estatísticas oficiais na América Latina. No entanto, o salto conceitual e teórico necessário à plena integração dessas experiências nos estudos demográficos ainda é incipiente, embora dotado de grande potencial, dada a crescente produção de dados e análises nos últimos anos.

Trinta anos após o Cairo, a trajetória latino-americana e brasileira mostra que o avanço em direitos sexuais e reprodutivos depende não apenas de compromissos formais, mas da capacidade de traduzir a universalidade em políticas concretas e de nomear as desigualdades que persistem. A relação Cairo–Montevideu expressa uma pedagogia política da região: partir do universal para reconhecer o particular, e do particular para reconstruir o universal.

Ao nomear explicitamente as pessoas LGBT+, Montevideu introduz uma nova gramática dos direitos humanos, baseada no reconhecimento e na redistribuição. A inflexão reforça a centralidade dos dados inclusivos, das estatísticas de gênero e diversidade e das políticas intersetoriais para que os compromissos do Cairo não permaneçam retóricos. A luta pela efetivação desses direitos é, ainda hoje, uma luta por visibilidade, justiça e

cidadania plena, e é nesse terreno que a América Latina tem produzido algumas das experiências mais inovadoras e potentes do cenário global.

Países pioneiros na região, como Argentina, México e Chile, têm demonstrado tanto a importância quanto os desafios da coleta de dados oficiais sobre a população LGBTQIA+. Essas experiências evidenciam que a inclusão estatística não é um fim em si, mas um meio para fortalecer a cidadania e reduzir desigualdades, exigindo investimentos contínuos em formação técnica, participação social e cooperação regional (INE, 2022).

O panorama brasileiro evidencia que a distância entre o discurso universalista do Cairo e de Montevidéu e a prática nacional não se explica apenas por falhas técnicas, mas por tensões entre epistemologias, moralidades e poderes institucionais. A produção de dados é um campo de disputa pelo reconhecimento: ela define quem pertence à “população” e quem é relegado à margem da estatística.

Superar os silêncios nos estudos populacionais exige mais que incluir novas perguntas nos questionários; requer um projeto político de democratização do conhecimento, capaz de reconhecer que as sexualidades e os gêneros são dimensões constitutivas das dinâmicas populacionais. A incorporação efetiva das dimensões de sexualidade e gênero implica reconfigurar o próprio olhar da demografia sobre seus sujeitos e objetos.

Não se trata apenas de adicionar variáveis, mas de questionar os pressupostos que estruturam o que é considerado “população” e “desenvolvimento”. O reconhecimento da diversidade como dimensão constitutiva do social exige que a demografia brasileira se abra a diálogos interdisciplinares com a antropologia, a sociologia, a saúde coletiva, os estudos de gênero e a teoria *queer*.

Reafirmar a centralidade da produção de estatísticas inclusivas é, portanto, um ato político e epistemológico. É o reconhecimento de que a visibilidade não é apenas uma questão de dados, mas de poder, de quem conta e de quem é contado. Nesse sentido, a demografia brasileira precisa posicionar-se diante da agenda global e regional de direitos humanos, sexualidade e desenvolvimento, atuando de forma mais ativa na construção de um conhecimento plural e emancipador.

Ao olhar para o Brasil 30 anos após o Cairo, percebe-se que o verdadeiro desafio não é apenas medir a diversidade, mas transformar a própria demografia em uma ciência da pluralidade, capaz de narrar vidas que até aqui foram pessoas anos vividos, mas não reconhecidas em alguns dos seus elementos constitutivos centrais, como identidade de gênero e orientação sexual.

Referências

- Arilha, M.; Lago, T. (org.). *Cairo+20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos*. São Paulo: Oficina Editorial, 2014.
- Biggs, M. Gender identity in the 2021 Census of England and Wales: how a flawed question created spurious data. *Sociology*, v. 58, n. 1, p. 1305–1323, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00380385231206650>. Acesso em 15 out. 2025.
- Calazans, G.; Facchini, R. Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade: HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciência y Saúde Coletiva*, v. 27, p. 3913–3922, 2022.
- Carvalho, A. A. De; Barreto, R. C. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4059–4064, set. 2021.
- Cavalcante, C.; Itaborahy, L. Vulnerabilidades socioeconômicas de pessoas LGBT no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Micro Rainbow International, 2017. Disponível em: <https://mrifoundation.global/wp-content/uploads/2017/05/Vulnerabilidades-socioecon%C3%B4micas-de-pessoas-LGBT-no-Rio-de-Janeiro-artigo-completo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Consenso de Montevideo sobre População e Desenvolvimento*. Santiago do Chile: CEPAL, 2013.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Los datos demográficos: alcances, limitaciones y métodos de evaluación*. (Serie Manuales, n. 82). Santiago: Naciones Unidas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ce4ca3ff-3f6c-40bc-95ad-cf2d4603d5cb/content>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Cobo, B.; Barreto, R. C. V.; Longo, L. A. F. B.; Ramos, M. T. Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.01762023>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Collins, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COPRED - Consejo Para Prevenir y Eliminar la Discriminación de la Ciudad de México. *Población LGBTTTI: identidades sexuales y expresiones de género*. México: COPRED, 2022.

Corrêa, S.; Petchesky, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1-2, p. 147–177, 1996.

Costa, A. B.; Rosa, L. De O.; Fontanari, A. M. V. Sampling bias in Brazilian studies on transgender and gender diverse populations: the two-step measure for assessing gender identity in surveys. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 1, p. e00180420, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1355986>. Acesso em: 15 out. 2025.

Crenshaw, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and anti-racist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139–167, 1989.

DANE - Departamento Administrativo Nacional de Estadística. *Mercado laboral de la población LGBT*. Bogotá: DANE, 2024. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/operaciones/GEIH/bol-GEIHMLLGBT-feb2023-ene2024.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

Esteve, A.; Turu, A. México: ¿Paraíso homosexual o problemas de registro? *Coyuntura Demográfica*, n. 5, p. 39–45, 2014.

Fortes de Lena, F. ‘Their opinion counts as far as you let it’: understanding queer migration in Minas Gerais, Brazil. *Gender, Place & Culture*, v. 31, n. 10, p. 1462–1483, 2024.

Fortes de Lena, F. Conjugalidade and parenthood of same-sex couples in the 2010 Brazilian Census. 81 f. Tese (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325158217_So_se_for_a_dois_Conjugalidade_e_Homoparentalidade_no_Censo_Brasileiro_de_2010_Same-sex_couples_Conjugalidade_and_kinship_in_the_Brazilian_Census_of_2010. Acesso em: 15 out. 2025.

Fortes de Lena, F. From urban to highly urban: internal migration patterns of sexual minorities in Brazil. *Population, Space and Place*, 28, e2575, 10 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/psp.2575>. Acesso em: 15 out. 2025.

Fortes de Lena, F. Setting a research agenda on sexuality and migration in demographic studies: what emerges from the literature review. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 39, p. 1–29, 2022.

Fortes de Lena, F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Padrões de seletividade relacionados aos casais homossexuais e heterossexuais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 32, n. 1, p. 121–137, 2015.

Garcia, M. R. V. Identity as a ‘patchwork’: aspects of identity among low-income Brazilian travestis. *Culture, Health & Sexuality*, v. 11, n. 6, p. 611–623, 2009.

Glantz, A.; Martinez, E. Can algorithms be racist? Trump's housing department says no. *Reveal*, 2019. Disponível em: <http://revealnews.org/article/can-algorithms-be-racist-trumps-housing-department-says-no/>. Acesso em: 15/10/2025 15 out. 2025.

Goldani, A. M.; Esteve, A.; Turu, A.. Coming Out in the 2010 Census: Same-Sex Couples in Brazil and Uruguay. *In: XXVII IUSSP International Population Conference, Busan, Korea, 2013*. Disponível em: <https://catalog.ihns.org/citations/66226>. Acesso em: 15 out. 2025.

Gonzalez, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69–82, jan.-jun. 1988.

Gutiérrez, E.; Rubli, A. LGBT+ persons and homophobia prevalence across job sectors: survey evidence from Mexico. *Labour Economics*, v. 87, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2023.102500>. Acesso em: 15 out. 2025.

Guyan, K. Constructing a queer population? Asking about sexual orientation in Scotland's 2022 Census. *Journal of Gender Studies*, v. 31, n. 6, p. 782–792, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09589236.2020.1866513>. Acesso em: 15 out. 2025.

Haas, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 1–35, 1992.

Ham, A.; Guarín, A.; Ruiz, J. How accurately are household surveys measuring the LGBT population in Colombia? Evidence from a list experiment. *Labour Economics*, v. 87, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2023.102503>. Acesso em: 15 out. 2025.

IPSOS. LGBT+ Pride 2021 Global Survey. 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/lgbt-pride-2021-global-survey-points-generation-gap-around-gender-identity-and-sexual-attraction>. Acesso em: 15 out. 2025.

Krieger, N. Theories for social epidemiology in the 21st century: an ecosocial perspective. *International Journal of Epidemiology*, v. 30, n. 4, p. 668–677, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ije/30.4.668>. Acesso em: 15 out. 2025.

Leite, B. O. *et al.* Association between in-country migration and HIV infection among transgender women from northeastern Brazil: a respondent-driven sampling survey. *BMC Public Health*, v. 24, n. 1, p. 589, 2024.

Lena, F. F. de; Silva, S. A. G.; Oliveira, A. J. B. de; Siqueira, A. S. F. de. População LGBTQIA+, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem (ou deixam de dizer). *In: Marcondes, M. M.; Oliveira, A. J. B. de; Vale, F. B. do (orgs.). Dossiê das desigualdades*. Natal: SEDIS-UFRN, 2023.

Loyola, M. A. A antropologia da sexualidade no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 143–167, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312000000100007>. Acesso em: 15 out. 2025.

Malta, M. *et al.* Sexual and gender minorities rights in Latin America and the Caribbean: a multi-country evaluation. *BMC International Health and Human Rights*, v. 19, n. 1, p. 3, 2019.

Martins, R. Do Cairo a Nairóbi: 25 anos da agenda de população e desenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. e0094, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0094>. Acesso em: 15 out. 2025

Mendive, J. La EAH como fuente de estudio de la identidad de género. *Población de Buenos Aires*, v. 18, n. 30, p. 66–76, 2021.

Mendive, J. La EAH como fuente de estudio de la identidad de género. *Población de Buenos Aires*, Buenos Aires, v. 18, n. 30, p. 87–102, 2021.

Montes, G. G.; Vasco, J. F. El reconocimiento al derecho de unión entre personas del mismo sexo: el caso de Colombia, Argentina, Uruguay y el Distrito Federal en México. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, v. 2, p. 176–194, 2010.

Nathan, M.; Pardo, I. *Demografía de las parejas del mismo sexo en Uruguay*. Montevideo: Udelar-FCS, 2018.

Navarro, M. C. *et al.* Tolerance of homosexuality in South American countries: a multilevel analysis of related individual and sociocultural factors. *International Journal of Sexual Health*, v. 31, n. 3, p. 257–268, 2019.

Polidoro, M.; Kauss, B.; Canavese, D. Geografias gays do Rio Grande do Sul. *Confins*, n. 51, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.38624>. Acesso em: 15/10/2025.

Ríos, A.; Ramírez, C. *Género, diversidad y desarrollo en América Latina: una lectura del Consenso de Montevideo*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2020.

Ruberg, B.; Ruelos, S. Data for queer lives: how LGBTQ gender and sexuality identities challenge norms of demographics. *Big Data & Society*, London, v. 7, n. 1, p. 1–12, 2020. DOI: 10.1177/2053951720907634.

Rubio, M. *Demografía LGBT en Colombia: un análisis con la Encuesta Nacional de Demografía y Salud 2015*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2017.

Ruiz-Vallejo, F.; Boertien, D. Do same-sex unions dissolve more often than different-sex unions? Methodological insights from Colombian data on sexual behavior. *Demographic Research*, v. 44, n. 48, p. 1149–1164, 2021.

Ruiz-Vallejo, Fortes de Lena, F. La demografía de las poblaciones LGB-TIQ+ en Latinoamérica. Balance, dilemas y retos de un campo emergente. Arteaga Botello, Nelson (Ed.) *Horizontes de las ciencias sociales en América Latina y el Caribe*. México: FLASCO México, 2025.

Silva, S. A. G. da. “Nós que mudamos, eles não”: a importância do suporte familiar, da idade e do gênero na análise do desenvolvimento da identidade sexual e da saúde mental de lésbicas, gays e bissexuais em Minas Gerais. 2021. 263 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, defendida em 15 set. 2021.

Soares, M.; Vitelli, A. Comunidades epistêmicas e políticas públicas globais: o caso da saúde sexual e reprodutiva. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 59, n. 3, p. 1–18, 2016. DOI: 10.1590/0034-7329201600302.

Souza, L. C. G. *Parenting intentions of same-sex couples: a case study in Brasília, Brazil*. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

Souza, L. C. G. De; Miranda-Ribeiro, P. “Does everybody want the Hollywood fairytale?” Same-sex couples hinting at the second demographic transition in Brazil. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 16, p. e202109, 2021. DOI: 10.31406/relap2021.v16.e202109.

UNFPA - United Nations Population Fund. *Framework of Actions for the Follow-up to the Programme of Action of the ICPD beyond 2014*. Nova York: UNFPA, 2014.

UNFPA - United Nations Population Fund. *Programme of Action of the International Conference on Population and Development*: adopted at the International Conference on Population and Development, Cairo, 5–13 September 1994. 20th Anniversary Edition. New York: UNFPA, 2014. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/programme_of_action_Web%20ENGLISH.pdf. Acesso em: 13 nov. 2025.

Vílchez Calderón, A. L. Asociación entre identidad de género y discriminación en Perú, a partir de la primera encuesta virtual LGBT+. 2019. 61 f. Tese (Medicina) – Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, defendida em 2019. Disponível em: https://alicia.concytec.gob.pe/vufind/Record/UNMS_04b72435e8b35a7903eb045e80848562. Acesso em: 12 out. 2025.

Young, Sean K.; Bond, Michael A. A scoping review of the structuring of questions about sexual orientation and gender identity. *Journal of Community Psychology*, v. 51, n. 8, p. 3641–3666, 2023.